



## 1. Mar de Cascais

---

O Concelho de Cascais possui cerca de 30 km de orla costeira, de uma riqueza paisagística e ecológica particular. O turismo e as actividades marítimas têm relevância histórica e, em alguns sectores, apresentam um elevado potencial de desenvolvimento devido às infra-estruturas existentes que propiciam a ocorrência de eventos marítimos internacionais. A acrescer, a identidade local associada à actividade de pesca ainda é significativa e, persiste apesar dos problemas associados com a modernização e adaptação do sector às políticas Europeias.

Neste capítulo é apresentada a história do Concelho de Cascais, a sua elevação a Vila e os monumentos característicos da costa de Cascais.

À história de Cascais são associados os acontecimentos marcantes desde a época dos Descobrimentos até à actualidade.

### 1.1 A História de Cascais

---

Situado a ocidente do estuário do Tejo, entre a Serra de Sintra e o Oceano Atlântico, o território ocupado pelo Concelho de Cascais é limitado a norte pelo Concelho de Sintra, a sul e a ocidente pelo Oceano e a oriente pelo Concelho de Oeiras.

De acordo com os registos históricos, o topónimo Cascais deriva do plural de *casca* (monte de cascas), o que se deve à abundância de moluscos marinhos ao longo da costa.

A existência de Cascais remonta às mais recuadas épocas dos povos nómadas do paleolítico, 50 000 A.C., de acordo com os vestígios de instrumentos líticos feitos de “Silex” e “Quartzite” encontrados a norte de Talaíde, no Alto do Cabecinho (Tires) e a sul dos Moinhos do Cabreiro. Da época do neolítico, 2 000 A.C., foram encontradas armas e utensílios, no entanto, o maior espólio de vestígios do passado remonta ao período eneolítico, entre 3 000 e 2 500 A.C., do qual foram encontrados diversos objectos nas grutas artificiais da Alapraia, nas grutas do Poço Velho e Porto Covo e na estação pré-histórica do Estoril.

Mais tarde, outros povos habitaram a vila de Cascais, tendo sido encontrados vestígios dos Romanos, Visigodos e dos Muçulmanos que se instalaram em Cascais a partir de 716 D.C. As guerras entre



muçulmanos e cristãos na Península Ibérica durou sete séculos, terminando em 1492 com a tomada de Granada pelos reis católicos.

A aldeia de Cascais foi conquistada aos mouros no cerco a Lisboa realizado de 1 de Julho a 25 de Outubro de 1147, que culminou com a conquista desta importante cidade pelas forças de D. Afonso Henriques. Nesta altura esta era uma povoação de pescadores que pertencia a Sintra.

Depois desta conquista, a proximidade a Lisboa, o porto aberto e a sua situação geográfica privilegiada deram a Cascais uma posição de destaque como antecâmara da capital do Reino. A pedido dos homens do mar desta povoação, a 7 de Junho de 1364 o rei D. Pedro I concedeu-lhes a carta de vila.

O castelo deve ter sido construído depois desta data, visto que em 1370, ano em que se forma o termo de Cascais, D. Fernando doou o castelo e lugar de Cascais a Gomes Lourenço de Avelar, como senhorio, sucedendo-lhe, entre outros, o Dr. João das Regras e os Condes de Monsanto, depois Marqueses de Cascais. Apesar da conquista e saque do castelo de Cascais pelos castelhanos em 1373 e do bloqueio do porto de 1382 e 1384, a vila de Cascais começou a expandir-se para o exterior das muralhas e, ainda nos finais do século XIV assistiu-se à criação das paróquias de Santa Maria de Cascais, São Vicente de Alcabideche e São Domingos de Rana.

O movimento da baía de Cascais cresceu no período inicial dos Descobrimentos e Expansão, o que levou D. João II, em 1488, a mandar construir uma torre defensiva. Durante a época dos Descobrimentos, aportavam de tempos a tempos, as naus que demandavam o oceano e regressavam orgulhosas das conquistas realizadas. Foi em Cascais que desembarcou Nicolau Coelho, o primeiro capitão da armada de Vasco da Gama acabado de chegar da Índia, no intuito de se deslocar até Sintra para informar o monarca da boa nova. Mais tarde, a 15 de Novembro de 1514, D. Manuel I concede o foral de vila a Cascais, o primeiro texto regulador da vida municipal, uma vez que persistia a utilização do foral de Sintra. Já em 11 de Junho de 1551, por licença de D. João III, se institui a Santa Casa da Misericórdia de Cascais.

Também na defesa da barra de Lisboa, Cascais teve sempre uma posição de destaque, tendo as águas de Cascais sido palco de algumas batalhas, como a de 1580, na qual o Duque de Alba invadiu a pequena povoação de Cascais matando o governador D. Diogo de Menezes, passando assim a vila de Cascais a ser governada pela monarquia dualista durante a Dinastia Filipina.



Consciente das deficiências defensivas de Cascais, D. Filipe I mandou construir a Fortaleza de Santo António do Estoril e fortificar a antiga torre joanina de Cascais, que passou a ser conhecida por Fortaleza de Nossa Senhora da Luz.

Um século depois da independência de Portugal do domínio de Castela, em 1640, Cascais começava a ter o aspecto progressivo de desenvolvimento, estando rodeada de mosteiros, igrejas, casas nobres e vivendas. Nesta época procedeu-se, ainda, à edificação de uma vasta linha defensiva no litoral de Cascais, ampliando-se e restaurando-se as fortificações existentes e construindo-se mais de uma dezena de baluartes, sob a direcção do Conde de Cantanhede, encarregue da defesa da barra do Tejo, porta de acesso à cidade de Lisboa. De entre as estruturas então levantadas importa destacar a Cidadela de Cascais que, construída junto à Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, reforça consideravelmente a defesa deste ponto estratégico da costa.

Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e depois Marquês de Pombal, foi um dos principais defensores da vinha e do vinho de Carcavelos, a quem se deve ainda, a concessão de benefícios para a edificação da Real Fábrica de Lanifícios de Cascais, em 1774.

No entanto, o sismo de 1755 arrasou esta vila quase por completo, poucas foram as casas que resistiram ao violento abalo e conseqüente incêndio. O castelo senhorial e o palácio onde habitavam os marqueses de Cascais desapareceram para sempre, resistindo a fortaleza e a moradia anexa dos Governadores, que apesar de muito abaladas foram mandadas reconstruir por D. João IV.

Depois do terramoto e do período das lutas liberais, durante o qual a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz foi utilizada como prisão dos opositores do reinado miguelista, assistiu-se a um período de decadência da povoação de Cascais que se acentuou ainda mais com a extinção das ordens religiosas instaladas no Concelho e a retirada do Regimento de Infantaria 19.

A partir de 1859, com o início da construção da estrada para ligar a vila de Cascais a Oeiras e, depois, com a estrada até Sintra, Cascais libertou-se da estagnação. Em 1868 surgiu o Teatro de Gil Vicente e dois anos depois a Família Real decide tomar banhos de mar em Cascais, adaptando os aposentos do Governador da Cidadela a Paço Real.



A vila transformou-se na rainha das praias portuguesas, enquanto o surto vila turística imprime um rápido desenvolvimento a toda a orla costeira, coadjuvado pela inauguração do primeiro troço de caminho-de-ferro entre Cascais e Pedrouços, a 30 de Setembro de 1889.

Com a queda da monarquia em 1910, Cascais continuou a ser a vila escolhida para veraneio das famílias mais importantes de Lisboa e na Cidadela de Cascais residiram alguns chefes de Estado.

Nos últimos anos do século XIX começaram a surgir, depois de um período de estagnação urbanística, alguns palacetes construídos nas encostas sobranceiras, desde o Guincho até ao Monte do Estoril.

Mas foi no segundo quartel do século XX que Cascais beneficiou de um progressivo e importante desenvolvimento urbanístico, que transformou o pequeno burgo de pescadores numa das vilas mais importantes de Portugal. Num período de intensa construção, facilitado pelo fácil acesso rodoviário concedido pela estrada marginal, junto ao mar, Cascais assume-se como centro turístico de primeira ordem, recebendo durante e depois da II Guerra Mundial um elevadíssimo número de refugiados e exilados. Entre estes destacam-se os Condes de Barcelona, o Rei Humberto II de Itália, Carol II da Roménia e inúmeras figuras do panorama desportivo e cultural.

Ainda hoje Cascais continua a manter esta vocação de espaço de acolhimento, norteando a sua actividade turística e cultural pelos critérios de qualidade exigidos pelos seus frequentadores.

## 1.2 Monumentos Históricos da Costa de Cascais

### FORTALEZA DE SANTO ANTÓNIO DA BARRA



O Forte de Santo António da Barra, também denominado como Forte de Santo António do Estoril ou Forte Velho localiza-se sobranceiro ao mar, na Freguesia de Estoril, Concelho de Cascais, Distrito de Lisboa, em Portugal.

A construção de um forte entre Cascais e S. Julião da Barra foi incentivada por Filipe I, de Espanha, em 1589 depois da invasão de Cascais pelo Duque de Alba e a rápida marcha das suas tropas em direcção a Lisboa, em 1580, que mostrara a fragilidade de linha de fortificações que defendiam a capital do Reino. Este forte tinha como objectivo dissuadir e impedir o desembarque de tropas e travar navios que quisessem forçar a entrada na barra do Tejo.

Frei Giovanni Vincenzo Casale, arquitecto italiano, foi incumbido de escolher a localização do novo forte e realizar o respectivo projecto, tendo na altura a seu cargo outras importantes obras de fortificação no litoral de Lisboa. De acordo com os planos de construção propostos ao Rei pelo arquitecto italiano, esta fortaleza de forma quadrangular com um torreão de 100 pés teria pequenas dimensões, utilizando a taipa como principal material construtivo, revestido de madeira e uma fina camada de alvenaria em tijolo. Esta seria uma obra pouco onerosa, que tanto o arquitecto como o Rei concordavam cumprir os objectivos propostos. No entanto, este projecto construtivo não seria levado à prática pois o arquitecto, numa segunda carta enviada ao Rei alterou o projecto, apresentando um forte de traçado quadrangular, com quatro baluartes angulares, uma construção amuralhada rectangular ao longo dos dois baluartes virados ao mar, onde funcionaria a bateria baixa, com artilharia, e o corpo da guarda.

No interior do forte ficariam dois quartéis dos soldados, os diferentes armazéns distribuídos por dois edifícios separados por uma ala coberta, ao fundo da qual se ergueria a capela. No exterior do forte, e como defesas complementares, dispor-se-ia um fosso com contra-escapa e estrada coberta.



Depois da aprovação de D. Filipe I ao novo projecto as obras iniciaram-se de imediato, estando pronto a 16 de Fevereiro de 1591.

No entanto, existem diferenças entre a obra projectada e o forte edificado, essencialmente ao nível das dimensões e traçados dos baluartes virados ao mar e na organização funcional do espaço entre os mesmos, o que conduziu a alterações na organização da entrada e estruturas envolventes, assim como ao aumento das dimensões da bateria. Deste modo, tornou-se possível albergar uma maior quantidade de peças de artilharia incrementando a capacidade de fogo do forte.

Anos mais tarde, depois da Restauração da Independência, num relatório feito pelo engenheiro-mor do reino, Leonardo Turriano, é apontada a necessidade de reparação dos parapeitos do forte e de construção de uma praça alta sobre os quartéis na qual se disporm as peças de artilharia de forma a aumentar a capacidade de fogo deste forte. De acordo com os registos históricos existentes, esta foi a única alteração significativa feita no forte em relação ao projecto inicial de Casale.

Num relatório de 1751, o acelerado desgaste dos materiais que a falta de zelo e a inércia dos tempos de paz provocaram, levaram a que novamente se considerasse fundamental a implementação de um extenso programa de restauro, nomeadamente nos quartéis, na casa do forno, nas guaritas, nos parapeitos e lajeados de baterias.

Em 1977 a Fortaleza de Santo António da Barra apresentava-se em razoáveis condições e a 29 de Setembro de 1977 foi classificada como “Imóvel de Interesse Público”, através do decreto-lei nº 129 de 1977.

Em meados do século XX, depois de se ter procedido ao desartilhamento deste forte no século XIX, este imóvel foi remodelado de modo a adaptar as instalações aos novos usos. Posteriormente, esta fortaleza seria escolhida para residência sazonal de António Oliveira Salazar onde a 8 de Agosto de 1968 ocorreu a célebre queda da cadeira que ditaria a morte deste estadista. Actualmente, o espaço funciona como colónia de férias do Instituto de Odivelas.



## FORTE E FAROL DE SANTA MARTA



O Forte de Santa Marta situa-se na margem direita da foz da Ribeira dos Mochos, na Freguesia e Concelho de Cascais, no Distrito de Lisboa, em Portugal. O nome deste forte deve-se a uma pequena e antiga ermida dedicada a Santa Marta, localizada nas proximidades.

O pequeno forte, construído num esporão rochoso avançado sobre o mar, foi construído na

década de 40 do século XVII sob a égide de D. Luis de Menezes, governador de Cascais, e fez parte da defesa marítima de Cascais até ao século XIX.

A primeira planta deste forte é de 1693, do arquitecto Mateus do Couto, onde é apresentada uma imagem aproximada da configuração e organização funcional do forte que não sofreria alterações até ao final do século XVIII.

O forte era definido estruturalmente por três corpos rectangulares justapostos. No lado de terra, dispunha-se o edifício que servia de quartel e paiol de pólvora, no qual se abria o portal de entrada através do qual se entrava num amplo espaço a céu aberto que permitia o acesso ao quartel, a um possível armazém, um compartimento de recanto e à bateria, que podia comportar uma quantidade razoável de artilharia.

A configuração e as dimensões da bateria levantavam o problema de intencionalidade que presidiu à construção deste forte, uma vez que a sua acção estava limitada e a artilharia impedia apenas a aproximação de armadas inimigas à baía de Cascais, sendo quase nula a sua actuação na defesa da enseada nas suas imediações.

Esta situação acabou por ser corrigida nas obras levadas a cabo entre 1762 e 1793, depois do terramoto de 1755 que em quase nada afectou este forte, e que moldaram a estrutura fortificada



que ainda hoje se conserva. Além destas obras, o forte de Santa Marta foi alvo de obras de restauro das paredes exteriores e dos aquartelamentos, das portas e janelas e feitura de novas tarimbas.

Depois de nova reedificação, o Forte de Santa Marta foi equipado com mais artilharia e o seu contingente foi reforçado, no entanto não é possível avaliar que tipo de participação teve nos acontecimentos gerados em torno da ocupação da vila de Cascais pelas tropas francesas comandadas pelo Barão Maurin, a 30 de Novembro de 1807. Após a retirada das tropas francesas, o forte manteve a sua artilharia, embora as diferentes peças se encontrassem desmontadas e sem os respectivos reparos para que se mantivessem operacionais, o que foi alterado a partir de 1827 até 1833, período em que as peças de artilharia foram recolocadas em estado de funcionalidade e voltando a ser aumentado o contingente.

Ao contrário de outras fortificações da costa, o Forte de Santa Marta não padecia de qualquer ruína na altura das lutas entre liberais e absolutistas.

Perdida a sua função militar, este forte passaria a servir como posto de sinalização marítima depois de, em 1864, a Inspeção dos Faróis do Reino ter determinado a construção de um farol. O projecto arquitectónico foi da responsabilidade do arquitecto Francisco Pereira da Silva que traçou para o local a construção de uma torre quadrangular de 8 metros de altura.

As obras de construção do farol foram concluídas em 1867, tendo este sido inaugurado a 1 de Março de 1868. Em 1936 procedeu-se a um aumento de 8 metros da altura da torre, devido às novas construções que se vinham fazendo nas proximidades e que dificultavam grandemente a navegação que saía a Barra Norte, principalmente durante a tarde, mas estas obras não alteraram a estrutura dos muros da bateria.

O Forte de Santa Marta e respectivo Farol estão classificados como “Imóvel de Interesse Público” através do decreto-lei nº 129/77, de 29 de Setembro, e do decreto-lei nº 95/78, de 12 de Setembro.

Em 1981 o farol foi automatizado, dispensando desde então a presença contínua de faroleiros.

Mais tarde, as dependências do farol foram reabilitadas pela Câmara Municipal de Cascais para abrigar o Complexo Museológico de Santa Marta, integrando-se no perímetro cultural constituído pela Cidadela, Museu Condes de Castro Guimarães, Centro Cultural de Cascais, Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, Museu do Mar e Casa Henrique Sommer.





Com projecto dos arquitectos Francisco Aires Mateus e Manuel Aires Mateus, o novo museu histórico visa criar um espaço dedicado aos faróis do rio Tejo, mostrando aos visitantes a evolução dos sistemas de sinalização marítima da barra de Lisboa. As obras de adaptação às novas funções tiveram início em 2006, promovendo a requalificação e conversão do Forte e Farol de Santa Marta num espaço de cultura e lazer, mantendo no entanto as suas funções de sinalização costeira, sob a direcção da Marinha, através da Direcção de Faróis.

O programa museológico para além de uma panorâmica geral sobre os faróis, temáticas específicas, tais como os faróis de Portugal; o forte e o farol de Santa Marta; os faróis e as ajudas à navegação (Cascais e barra do Tejo); o ofício de faroleiro. O percurso expositivo inclui a exibição de um filme documentário “Faróis de Portugal. Cinco Séculos de História”.

A maioria das peças expostas foi restaurada e depositada pela Marinha Portuguesa, através da Direcção de Faróis, sendo constituída por exemplares que contribuem para uma melhor compreensão do funcionamento dos mecanismos dos faróis, entre as quais se encontra um candeeiro de duas torcidas, original de Santa Marta de 1874.

Inédito no país, o Farol-Museu oferece um espaço expositivo criado nas antigas residências dos faroleiros e que se divide em três pólos: dois núcleos expositivos e um auditório. O visitante tem ainda acesso às amplas plataformas (baterias do Forte) com vista para o mar e a espaços de recepção, centro de documentação e cafetaria.

## CIDADELA DE CASCAIS



A Cidadela de Cascais localiza-se na Freguesia e Concelho de Cascais, no Distrito de Lisboa, em Portugal, na margem direita do rio Tejo. Este complexo fortificado compreende ainda o Forte de Nossa Senhora da Luz de Cascais e a Torre de Santo António de Cascais.

A inicial fortificação local remonta a uma torre medieval construída durante o reinado de D. João

II. Durante a dinastia Filipina de Portugal, foi projectada a ampliação e reforço da defesa da barra do



rio Tejo por D. Filipe I. No entanto, este projecto acabou por não ser completamente implementado, limitando-se ao reforço e ampliação da torre que foi reinaugurada sob a invocação de Nossa Senhora da Luz. Depois da restauração da Independência de Portugal, o projecto filipino foi retomado e a Cidadela foi erguida, tendo como função a defesa daquele trecho da costa impedindo o acesso à capital do Reino, Lisboa.

Utilizando a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz como baluarte, a Cidadela de Cascais desenvolveu-se em direcção ao norte e oeste, formando mais três baluartes numa fortificação semi-regular de planta quadrangular. As escarpas mais espessas e mais baixas são debruadas, a todo o comprimento, por um cordão semicircular que define o início dos parapeitos.

Com o terramoto de 1755 os quartéis e a capela de Nossa Senhora da Vitória ficaram totalmente arrasados, resistindo apenas as muralhas, pelo que nos anos seguintes procedeu-se a reedificação da área destruída. Partindo da planta original, foram reerguidos os quatro edifícios que delimitavam a parada: o de Santo António a norte, o de São Luis a sul, o de São Pedro a poente e o de Santa Catarina, a nascente, assim como a cisterna exterior e a capela de Nossa Senhora da Vitória.

Na noite de 30 de Novembro de 1807, a vila de Cascais foi tomada pelos franceses e treze dias depois a bandeira francesa foi hasteada na Cidadela, para, passado um ano, passar a ser entregue aos ingleses.

Em 1870, numa fase de declínio estratégico de Cascais como defesa da capital, D. Luis escolheu a antiga casa do governador na Cidadela e transformou-a na sua residencial de veraneio onde mais tarde, em 1889, acabaria por falecer.

Também o rei D. Carlos, filho de D. Luis, escolheu a Cidadela para veraneio e durante as suas primeiras campanhas oceanográficas instalou na Cidadela o primeiro laboratório de biologia marinha de Portugal.

Depois da instauração da república, o palácio da Cidadela ficou dependente da Presidência, tendo sido utilizado por Óscar Carmona, que aqui residiu durante todo o tempo que foi presidente da República.



O conjunto da Cidadela de Cascais, incluindo o Forte de Nossa Senhora da Luz, a Torre de Santo António de Cascais, encontra-se classificado como “Imóvel de Interesse Público” através do Decreto nº 129/77 de 29 de Setembro de 1977.

À semelhança do que acontecia antigamente, hoje em dia o acesso ao recinto fortificado é feito através de um portal de grandes dimensões que se abre a meio da cortina norte. Transposta a porta de armas, atravessa-se um pequeno túnel abobadado que acompanha a espessura da muralha. O núcleo central da Cidadela é um pátio quadrangular de 35 metros de lado, actualmente designado por “Parada” limitado pelos quatro edifícios acima referidos.

Entre a porta de armas e a casa do governador, actualmente o palácio presidencial, ergue-se a capela de Nossa Senhora da Vitória de uma só nave, com dois altares frontais e duas pequenas capelas laterais.

Actualmente a Praça de Cascais está dividida por três organismos diferentes, a Cidadela ocupada pelo Exército e agora cedida à Câmara Municipal de Cascais, a fortaleza de Nossa Senhora da Luz afecta ao Estado-Maior da Armada cedida temporariamente à Câmara Municipal de Cascais e o Palácio afecto à Presidência da República.

## MARÉGRAFO DE CASCAIS



O Marégrafo de Cascais localiza-se à entrada da baía de Cascais, junto à Cidadela de Cascais, na Freguesia e Concelho de Cascais, no Distrito de Lisboa, em Portugal.

A ideia de instalar um Marégrafo em Cascais surgiu em 1877 com o objectivo de registar as alturas do nível do mar ao abrigo de uma sistema relativamente simples conhecido como maregráfico da autoria de A. Borel. Concebido por J. Wagner em 1877, o Marégrafo de Cascais foi instalado na face leste da Cidadela de Cascais em 1882, sendo um dos primeiros observatórios, na Europa, erguidos especificamente para a colheita de dados sobre as correntes e marés. Durante um ano este equipamento foi instalado a título experimental, com inspecções e aperfeiçoamentos, iniciando-se em 1882 a sua actividade regular.



O Marégrafo de Cascais foi o primeiro a ser instalado em Portugal e através deste foi possível obter os resultados do nível médio das águas em toda a costa nacional, dados fundamentais para a conclusão do levantamento geodésico de Portugal continental (realizado entre 1857 e 1892).

A actual localização do Marégrafo de Borel não corresponde à inicial, tendo este sido mudado para a posição actual em 1895. Aquando desta mudança, foi necessário proceder à instalação de uma nova Marca de referência, a NP-2M, que está cravada numa rocha natural junto ao passeio de D. Maria Pia. É em relação a esta marca que ficou referenciado todo o esqueleto de nivelamento de alta precisão do território continental.

O Marégrafo de Cascais definiu a referência *Datum* Altimétrico, cuja determinação resultou do cálculo da média nos níveis médios do mar entre 1882 e 1938. O *Datum* Altimétrico, funciona como “Zero de Referência” altimétrico para toda a cartografia nacional até aos dias de hoje.

O sistema de medição do Marégrafo de Cascais é constituído por uma bóia colocada num poço ligado directamente ao mar, e cujo movimento é transmitido através de um sistema de cabos e roldana a uma caneta que regista as variações do nível da água numa folha de papel presa a um tambor, estando este sistema devidamente cronometrado por um relógio com autonomia para quatro dias, que faz girar o tambor. A folha de papel tem uma quadrícula em que as linhas verticais representam as 24 horas do dia e as linhas horizontais representam as alturas do nível do mar em relação à marca do bordo do poço, em metros. O relógio deste sistema está em conformidade com a hora do Tempo Universal, ou seja, só coincide com a Hora Legal Portuguesa durante o horário de Inverno. Este sistema encontra-se dentro de um edifício de planta circular de um só andar, coberto por uma cúpula semiesférica no qual o acesso ao interior é feito através de uma porta em arco voltada para terra.

O Marégrafo de Cascais encontra-se em contínuo funcionamento desde o século XIX, medindo directamente as águas oceânicas o que possibilita a análise de uma das mais longas séries mundiais de medição. Os valores do nível do mar aqui registados interessam não só ao País, como a toda a Comunidade Científica Internacional. Assim, há mais de 120 anos que o serviço internacional *Permanent Service For Mean Sea Level*, no Reino Unido, tem recebido os registos do Marégrafo de Cascais que são posteriormente disponibilizados através de uma Base de Dados global à escala mundial, utilizada nos mais variados programas científicos.



A partir das medições deste equipamento, foi possível aferir que ao longo do século XX o nível médio das águas subiu, aproximadamente, 1,3 milímetros por ano.

Actualmente, o Marégrafo de Cascais perdeu parte das suas funções e o Instituto Geográfico Português tem procedido à digitalização dos registos maregráficos de Cascais e Lagos.

O Marégrafo de Cascais foi classificado como “Imóvel de Interesse Público” através do decreto-lei nº 67/97, de 31 de Dezembro e desde então tem sido objecto de um programa de revitalização museológica, como espaço de cultura, com programação própria e aberto a visitas guiadas, com base num protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Cascais e o Instituto Geográfico Português.

#### FORTE DO GUINCHO



O Forte do Guincho, também designado Forte das Velas, localiza-se sobre a praia do Abano, na Freguesia e Concelho de Cascais, no Distrito de Lisboa, em Portugal.

Foi construído em 1640, aproximadamente, integrando o conjunto das fortalezas que formavam uma cintura defensiva na costa de Cascais, construídas por ordem de D. António Luís de Meneses, governador da praça daquela vila na época que se seguiu à Restauração da Independência de Portugal.

Este forte, de planta quadrangular, apresentava no lado terra três divisões abobadadas de traçado rectangular. Na divisão intermédia encontrava-se o portal que dava acesso ao recinto e a partir da qual se estabelecia a ligação entre as outras duas divisões laterais, os aquartelamentos, assim como o acesso às plataformas de baterias, através de escadarias, que inicialmente albergavam sete peças de artilharia.

O Forte do Guincho manteve a sua orgânica e disposição estrutural até finais do século XVIII, sofrendo apenas as habituais obras de restauro devido à degradação dos materiais como consequência da proximidade ao mar.



No final do século XVIII, aparentemente por riscos de desmoronamento da plataforma rochosa, o Forte do Guincho sofreu importantes reformas em toda a sua estrutura. Estas obras, iniciadas em 1793, moldaram um novo espaço no entanto não alteraram muito a organização geral do forte inicial. As principais alterações registaram-se ao nível dos alojamentos abobadados, na bateria e nas designadas obras exteriores. A obra de reestruturação duplicou o compartimento intermédio, o que obrigou a uma reorganização do pátio de entrada e a obras na entrada do forte. A plataforma das baterias sofreu as mais profundas obras nesta altura devido ao perigo de ruína das mesmas, pelo que foram refeitos os muros aumentando consideravelmente a sua espessura.

No início do século XIX o forte foi novamente intervencionado com a construção de sete canhoneiras e quatro guaritas.

Durante as lutas entre absolutistas e liberais, o forte volta a ser alvo de obras de recuperação e adaptação, no início da década de 30 do século XIX. Afastado o cenário de guerra civil, o forte entra em decadência acelerada como indicado num relatório de 1854 que aponta para a ruína de diversas estruturas. Depois da sua desactivação, a história do Forte do Guincho tem sido marcada por períodos de abandono intercalados por arrendamentos a particulares para fins habitacionais ou de lazer.

Em 1934 o Forte do Guincho passou oficialmente para a posse do Ministério das Finanças, o que mesmo assim não foi suficiente para evitar a sua contínua degradação nem o arrendamento a particulares.

Em 1944 foi cedido ao Clube Nacional de Campismo, funcionando como casa-abrigo, recebendo obras de beneficiação e pequenas adaptações ao novo uso.

Em 1970 surgiu um plano para que este forte passasse a funcionar como posto da Guarda-fiscal, o que acabou por não se realizar e este esteve cinco anos abandonado.

Em 1975 a Direcção-Geral da Fazenda Pública cedeu novamente o Forte do Guincho ao Clube Nacional de Campismo, que por sua vez comprometeu-se a assegurar a sua conservação e a não alterar a sua estrutura. No entanto, alguns actos de pilhagem e vandalismo no início de 1977 conduziram ao encerramento deste forte que neste mesmo ano foi classificado como “Imóvel de Interesse Público” através do decreto-lei nº 129/77, de 29 de Setembro.





Apesar do novo estatuto, o Forte do Guincho não viu a sua dignidade restituída, encontrando-se actualmente desocupado e em ruínas. A cargo da Câmara Municipal de Cascais, foi feito um projecto de requalificação deste forte para funcionar como Centro de Interpretação do Parque Natural de Sintra-Cascais, mas este ainda não teve avanços.

### FORTE DE OITAVOS



O Forte de São Jorge de Oitavos ou Forte de Oitavos, localiza-se na Estrada Nacional nº 247, junto à Duna Grande de Oitavos, no Concelho de Cascais, Distrito de Lisboa, em Portugal.

Depois da Restauração da Independência de Portugal, entre os anos de 1642 e 1648 foi construído o Forte de Oitavos como complemento da defesa da barra do rio Tejo e com o objectivo de cruzamento de fogos com os fortes vizinhos, de Nossa Senhora da Guia e de Brás de Sanxete. Por outro lado, este forte servia de abrigo de pequena guarnição, com a função de prevenir desembarques no litoral entre a praia do Guincho e a praia da Guia. Embora a inscrição epigráfica sobre o Portão Monumental especifique as datas de início e conclusão respectivamente como 4 de Maio de 1642 e 1648, as datas exactas da sua construção não são conhecidas.

Este forte era normalmente servido por um cabo, três artilheiros e dezoito soldados, estando artilhado por quatro peças, o que se manteve até ao século XIX.

A estrutura amuralhada do Forte de Oitavos, de planta poligonal, apresentava cinco lados desiguais adaptados à topografia do terreno sobre a falésia. O seu recinto é maior que o de qualquer outro forte erguido na época na costa de Cascais, com uma ampla bateria que dispunha de três faces que acompanhavam o recorte da arriba. Ao longo do parapeito posicionavam-se as peças de artilharia e num espaço quase central do forte encontravam-se os alojamentos de planta rectangular. Estes eram compostos pelo quartel, casa da pólvora, armazéns e cozinha. O portal do forte, a meio da muralha lateral a norte, era antecedido de uma pequena ponte levadiça que permitia a passagem sobre o fosso que circundava as muralhas.



À semelhança de outros fortes da costa de Cascais, o Forte de Oitavos sofreu ao longo dos anos várias intervenções cíclicas de restauro e recuperação, as mais frequentes ao nível da porta de madeira e ponte levadiça, assim como dos madeiramentos, ferragens e rebocos.

Em 1720 por estar num razoável estado de conservação, o Forte de Oitavos necessitou apenas de pequenos arranjos na guarita que guardava o portal de entrada e no muro noroeste da bateria. De acordo com relatórios da época, 30 anos mais tarde o forte necessitava de obras de profundidade na muralha exterior, quartéis, armazéns e guaritas.

Depois de anos sem alterar a estrutura do Forte de Oitavos, nos finais do século XVIII, perante um cenário de possível conflito internacional, este forte sofreu obras de modernização e reorganização do espaço e respectivos quartéis.

Em 1831 foi ordenada nova obra de recuperação integral da estrutura fortificada que apresentava alguns indícios de ruína.

Depois do triunfo das forças liberais e afastado o cenário de guerra civil, o forte assiste a um novo período de decadência e degradação travado quando em 1889 este é cedido à Guarda-fiscal. Na adaptação às novas funções, o forte foi alvo de diversas obras de consolidação e beneficiação.

Anos mais tarde, foi classificado como “Imóvel de Interesse Público”, pelo decreto-lei nº 735/74, de 21 de Dezembro.

Recentemente, deixou de pertencer à Guarda-fiscal e às vésperas do século XXI, em Dezembro de 2000, foi reinaugurado como espaço museológico e cultural sob a responsabilidade da Câmara Municipal de Cascais.

#### FORTE DE NOSSA SENHORA DA GUIA



O Forte de Nossa Senhora da Guia na Estrada Nacional nº 247, entre o Farol da Guia e a Lage do Ramil, situa-se na Freguesia e Concelho de Cascais, Distrito de Lisboa, em Portugal.

Esta pequena fortificação marítima foi erguida em 1707, no período das Guerras da



Restauração da Independência, sob o reinado de D. João V.

A escolha do local da Guia, onde existia uma pequena ermida dedicada a Nossa Senhora, para a construção de mais uma fortaleza prendeu-se com o facto de em 1580 o duque de Alba, aquando da tomada de Cascais, ter desembarcado naquele local.

A sua rápida construção demonstra a grande importância estratégica deste forte, que como indicado na lápide acima do portal, começou a ser erguido a 20 de Junho de 1642 e que em 1646 já estava operacional.

O Forte de Nossa Senhora da Guia, de pequenas dimensões e configuração rectangular, apresentava um esquema construtivo semelhante às demais fortificações da costa de Cascais erguidas no século XVII. O seu espaço dividia-se em duas áreas distintas, a bateria, virada para o mar, e os alojamentos, do lado de terra, seccionados em quatro dependências. O quartel, o armazém e o paiol ocupavam três destas dependências que comunicavam entre si através de um compartimento central, por onde se acedia à bateria e ao exterior da fortificação. No ano em que começou a funcionar, este forte estava provido de artilharia e tinha ao seu serviço um cabo, três artilheiros e doze soldados. Depois de esbatida a ameaça castelhana, o contingente de serviço foi reduzido a um pequeno corpo de militares, havendo registos de 1675 de que a trincheira amuralhada estava arruinada em várias zonas. Nos anos seguintes, poucos são os registos históricos sobre o Forte de Nossa Senhora da Guia, apenas em 1751 existem relatos sobre a degradação de algumas das estruturas desta fortificação que acabou por ser muito afectada aquando do terramoto de 1755, nomeadamente ao nível dos quartéis e da casa da guarda.

Nos finais do século XVIII o forte foi objecto de uma profunda intervenção de contenção da sua ruína, mas principalmente para modernizar e transformar as suas estruturas para que estas se tornassem mais operacionais. Após estas obras, apesar de mantidas as características gerais, o Forte de Nossa Senhora da Guia ficou com uma fisionomia renovada ao nível das baterias, aquartelamentos e muros.

Depois do período de invasões francesas registadas nos finais do século XVIII, a paz e a incúria levaram a uma nova degradação deste forte, que apenas foi incluído nos planos de recuperação das fortificações aquando dos confrontos entre liberais e absolutistas, em 1831. Assim, foram promovidas pelo rei D. Miguel novas obras de restauro de parapeitos e guaritas, assim como a



substituição de madeiras e ferragens. Depois de tomada a capital do reino pelas forças liberais, as guarnições dos pequenos fortes da costa de Cascais foram reduzidas ao número mínimo de elementos, o que acabou por conduzir a uma progressiva degradação das estruturas fortificadas.

Em 1854 eram tidas como indispensáveis reparações nos quartéis, casa da palamenta e paiol, e em 1868 este forte já sem guarnições servia de residência aos funcionários da Estação Semafórica da Guia, facto que pesou nas repetidas decisões de inviabilização de arrendamento ou alienação do mesmo a particulares.

Nos anos seguintes foram vários os pedidos de arrendamento e apropriação negados pelo Ministério da Guerra, que na época da I Guerra Mundial chegou a colocar a hipótese do Forte de Nossa Senhora da Guia ser utilizado como posto de vigia e quartel de guarnições da costa ocidental de Cascais.

Durante décadas assistiu-se ao impasse sobre o que fazer ao Forte de Nossa Senhora da Guia, até que no princípio dos anos 20 do século XX, perante o avançado estado de degradação deste forte o seu arrendamento foi levado a hasta pública.

Em 1926 o Forte de Nossa Senhora da Guia ficou na posse de um particular que mais tarde não viu renovado o seu contrato de arrendamento, o que acabaria por ditar o seu desalojamento.

A 1 de Janeiro de 1928, depois de um longo processo negocial, é oficializado o arrendamento do Forte de Nossa Senhora da Guia à Direcção-Geral do Ensino Superior, que no contrato acaba por arrendar o forte e terrenos anexos pertencentes à Faculdade de Ciências de Lisboa para instalação da denominada Estação Zoológica Marítima da Guia, que passou a funcionar no local depois de realizadas obras de adaptação. A esta entidade foi, posteriormente, dada a posse definitiva do imóvel em 1942, ficando asseguradas as condições de funcionamento contínuo do laboratório previamente instalado.

A adaptação do forte ao novo uso requereu novas obras como a construção de variadas dependência no local onde estava a antiga bateria. No entanto, o Forte de Nossa Senhora da Guia mantém a sua volumetria e traçado antigo tendo sido classificado como “Imóvel de Interesse Público” através do decreto-lei nº129/77, de 29 de Setembro.